

ano 4 - n. 06 | janeiro/junho - 2020  
Belo Horizonte | p. 1-208 | ISSN 2594-8393  
Revista Fórum de Direito na Economia Digital – RFDED

# Revista Fórum de Direito na Economia Digital

# RFDED

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

## **DOCTRINA**

### **ARTIGOS**

Governança algorítmica e a tutela do direito fundamental aos dados pessoais no Brasil: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) como sistema protetivo para a efetivação da governança dos dados particulares nas redes sociais

<b>Ana Karoline Fernandes de Sousa, Raquel Colins Andrade, Julia Barros de Brito</b> .....	9
1 Introdução .....	10
2 A governança algorítmica e a proteção de dados pessoais .....	11
3 Os dados pessoais conforme a LGPD (Lei nº 13.709/2018) .....	14
4 O impacto da Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais sobre as comunicações nas redes sociais.....	17
5 Conclusão .....	19
Referências .....	21

Transformação digital: considerações sobre o Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018

<b>Demetrius Ferreira Chacur</b> .....	23
1 Introdução .....	23
2 Transformação digital .....	23
2.1 Eixos habilitadores .....	24
2.1.1 Infraestrutura.....	25
2.1.2 Pesquisa .....	27
2.1.3 Confiança .....	28
2.1.4 Educação .....	28
2.1.5 Dimensão internacional .....	29
2.2 Eixos de transformação digital.....	30
2.2.1 Transformação digital da economia.....	30
2.2.2 Cidadania e Transformação Digital do Governo .....	32
3 Novo marco legal das telecomunicações.....	32
3.1 Internet das Coisas .....	37
3.2 Computação em nuvem .....	43
3.3 Propriedade Intelectual .....	44
4 Conclusão .....	45
Referências .....	46

Reflexões sobre a problemática da inteligência artificial e dos direitos autorais

<b>Isabela de Sena Passau Alves</b> .....	49
1 Breve contextualização .....	49

1.1	A histórica interação entre as ciências .....	49
1.2	Panorama legislativo .....	53
2	Requisitos legais para a obra protegida .....	58
2.1	Originalidade.....	58
2.2	Criatividade .....	61
3	Algumas hipóteses de endereçamento.....	64
3.1	Autoria ao programador .....	64
3.2	Autoria ao usuário.....	66
3.3	Obra sob encomenda .....	67
3.4	Pessoa eletrônica .....	68
3.5	Proteção <i>sui generis</i> .....	69
3.6	Domínio público .....	70
4	Considerações finais.....	71
	Referências .....	74

*Marketing* jurídico: ferramentas de *marketing* digital e *inbound marketing* adequadas à realidade do advogado atual conforme a legislação ética da OAB

<b>Karelina Staut de Aguiar, Edson Antônio Sousa Pontes Pinto (orientador)</b> .....	77
Introdução .....	78
Legislação ética da OAB: impedimento e permissões .....	79
1.1 Adaptação das ferramentas de <i>marketing</i> à realidade do advogado atual sem ferir a legislação da OAB .....	79
2 Conceitos de <i>marketing</i> e <i>marketing</i> jurídico .....	83
2.1 <i>Marketing</i> .....	83
2.2 <i>Marketing</i> jurídico .....	84
2.3 <i>Marketing</i> digital e <i>inbound marketing</i> .....	86
3 Planejamento, gestão estratégica e relacionamento com o cliente .....	88
4 Ferramentas de gestão e <i>inbound marketing</i> : possibilidades de aplicação sem ferir a legislação ética da OAB .....	91
4.1 Ferramentas de gestão .....	91
4.2 <i>Site/Blog</i> Corporativo: criação, monitoramento e conversão .....	92
4.3 <i>Links</i> patrocinados .....	93
4.4 Automação e <i>e-mail marketing</i> .....	94
4.5 Redes sociais e gerenciamento .....	94
Considerações finais .....	97
Referências .....	98

A Lei Geral de Proteção de Dados e suas implicações a Seguradoras e Operadoras de Plano de Saúde

<b>Luciana Vasco da Silva</b> .....	101
1 Introdução .....	101
2 Empresas Seguradoras ou Operadoras de Plano de Saúde.....	102
3 Dados sensíveis .....	103
4 Necessidades criadas pela Lei.....	104
4.1 A necessidade de consentimento para dados sensíveis .....	105
4.2 A coleta do consentimento.....	108

5	A anonimização como meio de compartilhamento de dados.....	109
6	O legítimo interesse .....	110
7	Considerações finais.....	111
	Referências .....	112

## Os pressupostos de validade das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico aplicados ao setor de telecomunicações

<b>Maurício Carotenuto</b> .....	115	
1	Introdução .....	116
2	A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico .....	117
2.1	Breve introdução ao Sistema Tributário Nacional .....	117
2.1.1	Classificação dos tributos.....	118
2.1.2	Natureza jurídica das contribuições.....	120
2.2	Intervenção do Estado no domínio econômico .....	121
2.3	Intervenção do Estado no domínio econômico através de contribuição interventiva ....	127
3	Pressupostos de validade das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico...	129
3.1	Pressupostos formais.....	130
3.1.1	Sujeito competente .....	131
3.1.2	Veículo normativo introdutor.....	132
3.1.3	Procedimento de produção normativa adequado .....	138
3.2	Pressupostos materiais .....	139
3.2.1	Necessidade concreta da intervenção .....	139
3.2.2	Provisoriedade da intervenção .....	142
3.2.3	Persecução da finalidade da intervenção.....	143
3.2.4	Destinação efetiva do produto arrecadado à finalidade da intervenção .....	144
3.2.5	Equilíbrio entre a finalidade da intervenção e a arrecadação.....	147
3.2.6	Referibilidade entre a intervenção e as atividades dos contribuintes .....	148
4	As Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico do setor de telecomunicações .....	151
4.1	A inconstitucionalidade das normas instituidoras das contribuições interventivas do setor de telecomunicações (art. 155, §3º da CRFB/88).....	151
4.2	Contribuição para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST.....	153
4.2.1	Regra-matriz de incidência tributária .....	154
4.2.2	Análise dos pressupostos formais de validade .....	155
4.2.3	Análise dos pressupostos materiais de validade.....	156
4.3	Contribuição para o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTEL .....	159
4.3.1	Regra-matriz de incidência tributária .....	160
4.3.2	Análise dos pressupostos formais de validade .....	162
4.3.3	Análise dos pressupostos materiais de validade.....	162
4.4	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE.....	164
4.4.1	Regra-matriz de incidência tributária .....	165
4.4.2	Análise dos pressupostos formais de validade .....	166
4.4.3	Análise dos pressupostos materiais de validade.....	167
5	Conclusões .....	173
	Bibliografia .....	177

Regulação da inteligência artificial no Brasil: abordagem baseada no risco em suas utilizações

<b>Vitor Amorim Mendonça Alves</b> .....	183
1 Introdução .....	183
2 A inteligência artificial.....	186
3 Princípios constitucionais a reger as políticas públicas e regulação da inteligência artificial no Brasil .....	189
3.1 Princípios constitucionais afetos à proteção de usuários e consumidores.....	189
3.2 Liberdade econômica .....	192
4 <i>White Paper</i> da Comissão Europeia: abordagem à inteligência artificial baseada em análise de riscos .....	196
5 Abordagem da IA no Brasil com base na Declaração dos Direitos da Liberdade Econômica.....	200
6 Conclusão .....	203
Referências .....	204
Instruções para os autores .....	207